

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Agência de Fomento do Paraná S.A., Fomento Paraná, é uma instituição financeira organizada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado. Em 1997, foi autorizada a sua criação pela Lei Estadual nº 11.741 e tem como principal acionista o estado do Paraná. A Fomento Paraná é autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil em 08/11/1999 através do documento DEORF/DIFIN-99/239.

Para o cumprimento da missão da empresa, que consiste em “promover o desenvolvimento sustentável através de apoio técnico e financeiro voltado à necessidade da sociedade paranaense”, a Fomento Paraná atua na:

- Intermediação financeira de produtos adequados às demandas de desenvolvimento econômico e social;
- Gestão de fundos de financiamentos específicos para o desenvolvimento do Estado;
- Execução de programas de financiamento, de caráter especial, de responsabilidade do Estado;
- Disponibilização de financiamentos com recursos próprios em programas destinados a segmentos específicos, identificados como demandadores de crédito de fomento e associados a projetos do estado do Paraná.

Ambiente econômico
Cenário internacional

A crise econômica de 2008 trouxe consequências às economias desenvolvidas perturbando o mundo globalizado, uma vez que, entre outros fatores, os países das dívidas desses países encontram-se distribuídos em todos os continentes.

O mercado americano, no decorrer de 2011, apresentou sinais de recuperação com retomada do consumo e consequente reaquecimento da indústria. No entanto, o Fundo Monetário Internacional – FMI, continua apontando para a necessidade de ajustes na modelagem econômica dos EUA, para que haja uma urgente reforma na tributação e na seguridade social, pois a manutenção do modelo pode trazer significativos aumentos nas contas do governo e por consequência nas taxas de juros da dívida pública americana.

A situação econômica da União Européia, segundo especialistas, pode ser considerada ainda mais vulnerável que a situação americana, uma vez que a política monetária na zona do euro é estática, restando o temido ajuste nas políticas fiscal e de seguridade, que por sua natureza são mais onerosos à sociedade.

Cenário nacional

As expectativas econômicas do Brasil no início de 2011 foram grandes. O desafio governamental era manter o crescimento sem permitir o descontrole dos índices de inflação. Nesse sentido, como medida prudencial a autoridade monetária no primeiro semestre decidiu como estratégia o aumento gradativo das taxas de juros. Desde agosto, iniciou-se um movimento de baixa nos percentuais de juros, no intuito de combater os efeitos da crise europeia buscando estimular o consumo e manter a atividade industrial e comercial por meio da demanda interna.

Pela análise dos principais indicadores econômicos, a estratégia adotada se mostrou assertiva, uma vez que a inflação em 2011 permaneceu sob relativo controle e o crescimento do PIB até o terceiro trimestre apresentou um crescimento de 3,7%.

Conjugando os cenários nacional e internacional, mesmo diante das incertezas e oscilações nos mercados globais, o Brasil galgou a 6ª posição dentre as maiores economias do mundo, segundo o Centro de Pesquisas para Economia e Negócios (CEBR).

Cenário paranaense

O Paraná, embalado pelo bom desempenho nacional, também apresentou um resultado econômico positivo conforme dados preliminares do IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico Social), com crescimento do PIB na casa de 4,1% em 2011.

Fator de destaque, de acordo com o IBGE, foi à evolução de 5,2% na produção industrial paranaense no acumulado de janeiro a outubro de 2011. Os segmentos propulsores desse aumento foram às indústrias de veículos automotores, refino de petróleo e produção de álcool e de alimentos.

No âmbito da agricultura, o Paraná liderou a produção nacional de grãos com participação de 19,7%, seguido dos estados do Mato Grosso e Rio Grande do Sul, que somados, representam mais de 50% da produção nacional.

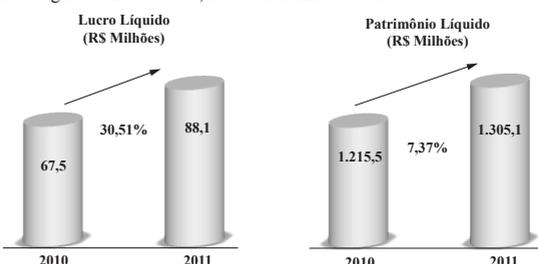
O setor de comércio paranaense obteve crescimento de 11,6%, acima da média nacional, comparados os períodos de novembro de 2011 e novembro de 2010.

No quesito crédito, conforme dados da Serasa Experian, a demanda apresentou redução de 7,4% quando comparada ao mesmo período de 2010, no entanto, a carteira de crédito da Fomento Paraná apresentou um acréscimo de 5,5%. O impulso no resultado decorreu da ampliação em 5,0% na carteira de operações junto ao setor público e de 26,3% na carteira de microcrédito.

Desempenho econômico-financeiro

O lucro líquido do exercício de 2011 atingiu R\$ 88.093 mil, aumento de 30,51% em comparação ao resultado obtido no exercício anterior (R\$ 67.499 mil em 2010), reflexo, em parte do aumento de 21,66% nas receitas da intermediação financeira e do benefício fiscal do crédito dos juros do capital próprio imputados aos dividendos, o qual foi proposto pelos órgãos da administração em valor superior ao mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Instituição, visando à capitalização da Fomento Paraná.

A Fomento Paraná, registrou em dezembro de 2011, patrimônio líquido de R\$ 1.305,1 milhões, apresentando crescimento de 7,37%, em relação ao exercício de 2010. Este aumento tem como origem a capitalização da dotação para aumento de capital e dos juros sobre Capital Próprio destinado aos acionistas em 2011 e incorporação dos resultados gerados no exercício, retidos na forma de reserva de lucro.


Diretrizes estratégicas

Neste 1º semestre, a Fomento Paraná, instrumento financeiro e componente vital para os projetos e programas de desenvolvimento do estado do Paraná, atuou estrategicamente no diagnóstico do seu posicionamento em relação ao mercado, a partir de diversas perspectivas: clientes, parceiros, acionistas, controlador acionário, agentes reguladores e fiscalizadores e colaboradores.

Analisando as diferentes perspectivas, alguns pontos em comum foram identificados; como a existência de espaço para a potencialização das suas ações no mercado paranaense, a necessidade de diversificação de linhas de

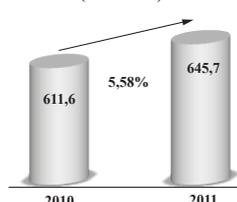
financiamento, a captação de novos recursos, a prospecção e estabelecimento de novas parcerias, investimentos nos meios físicos, tecnológicos e no desenvolvimento de pessoas; requisitos essenciais exigidos pela sociedade para o novo patamar da única instituição de fomento genuinamente paranaense. Neste sentido, empreende-se um primeiro movimento pela atual gestão: tornar a instituição fortalecida a partir de sua base, para que num curto espaço de tempo possa cumprir, ampliar e ocupar com competência o seu papel como agente financeiro voltado aos empreendimentos públicos e privados.

A Fomento Paraná, em sintonia com a política de desenvolvimento do novo governo, a partir de uma nova estratégia, vem buscando criar novas linhas de crédito, identificando parceiros que possam oferecer produtos e serviços nos 399 municípios do Estado, numa abordagem pró-ativa, nas ações sinérgicas com as instituições indutoras do desenvolvimento do Estado. Assim, a Fomento Paraná concentra esforços em ações que injetem recursos nas economias locais e regionais, reduzindo as disparidades entre regiões, proporcionando aumento das riquezas.

Programas de crédito

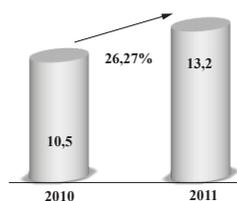
Como instituição de fomento, prioriza o atendimento aos microempreendimentos formais e informais, operando mediante financiamento a investimentos sob a denominação de Programa de Microcrédito Banco Social. A Fomento Paraná ainda implementou medidas operacionais para atendimento às empresas e aos agricultores através da aplicação de recursos próprios e do repasse de recursos do sistema BNDES, buscando um modelo de sustentabilidade financeira e institucional que permita o cumprimento de sua missão e, ao mesmo tempo, viabilize, aos interessados, o acesso ao financiamento superando a ausência de capilaridade da estrutura de atendimento.

Atuando em programas de crédito destinado ao setor público e privado, a Fomento Paraná, atingiu em 2011 uma carteira de R\$ 645,7 milhões, uma evolução de 5,58% frente aos R\$ 611,6 milhões registrados em 2010.

Operações de Crédito (R\$ Milhões)

I) Microcrédito – Programa Banco Social

Criado com a finalidade de apoiar microempreendedores formais ou informais, excluídos do sistema tradicional de acesso ao crédito, o programa representa importante instrumento para a geração de trabalho e renda no Estado, tendo liberado desde 2001 mais de R\$ 138 milhões através de mais de 35 mil contratos, beneficiando empreendedores localizados em 397 dos 399 municípios do Paraná. Atendendo a todas as regiões do território paranaense, no primeiro semestre de 2011, as operações seguiram englobando os vários segmentos da economia, buscando atender assim, as diretrizes estratégicas do governo do Estado.

Durante o ano de 2011, a Fomento Paraná, aplicou R\$ 13,2 milhões em operações de microcrédito, o que representa um aumento de 26,27% em comparação ao ano de 2010 (R\$ 10,5 milhões).

Aplicação Microcrédito (R\$ Milhões)

II) Financiamentos ao Setor Público
a) Sistema de Financiamento aos Municípios – SFM

Financiamentos destinados à promoção do desenvolvimento urbano, de serviços básicos e bens públicos necessários à modernização da estrutura dos municípios. O programa é operacionalizado em parceria com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e o PARANACIDADE e contratou desde 2002, R\$ 1.130,5 milhões através de 2.027 contratos, tendo liberado R\$ 988 milhões até dezembro de 2011. O capital destacado para operações no referido sistema é de R\$ 999 milhões.

b) Programa para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Rodoviários para Prefeituras do Estado do Paraná – PROMAP

Instituído em maio de 2006, o PROMAP tem como objetivo, financiar a renovação e expansão do parque de máquinas e equipamentos rodoviários dos municípios. O programa também é operacionalizado mediante termo de cooperação técnico-operacional firmado com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e o PARANACIDADE, tendo contratado desde 2006 R\$ 149 milhões através de 527 contratos. O PROMAP liberou R\$ 149 milhões até dezembro de 2011. O capital destacado para operações no referido sistema é de R\$ 133 milhões.

III) Programa Fomento Tecnologia

Lançado em maio de 2008 como um Programa de Financiamento às Empresas Incubadas, o FINTEC tem como objetivo apoiar os empreendimentos que se desenvolvem no âmbito das 20 incubadoras tecnológicas participantes da Rede Paranaense de Incubadoras Tecnológicas – REPORTE. Em 2011, foi ampliado para atender também as empresas do setor de Tecnologia de Informação e Comunicação – TIC, sem o vínculo às incubadoras e mediante financiamento de seus investimentos que têm como característica o alto índice de alavancagem dos recursos aplicados.

IV) Programa Bom Emprego Pequena Empresa – PROBLEM

Lançado em setembro de 2009, o programa PROBLEM destina crédito para projetos de micro e pequenas empresas do Estado, optantes do Programa SIMPLES NACIONAL e contribuintes do ICMS.

Contando com recursos da Fomento Paraná e do BNDES, o PROBLEM também tem como característica a equalização da taxa de juros (a partir de recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE) para as empresas que mantiverem a quantidade de empregos, podendo obter redução de 5 pontos percentuais ao ano na taxa de financiamento.

V) Repasses de Recursos do BNDES

O atendimento a micro e pequenas empresas e ao pequeno produtor rural, com recursos BNDES, foi iniciado em 2005, com financiamentos do Programa Moderfrota mediante contrato de cooperação técnica, operacional e financeira

com parceiros do sistema. Em setembro foi firmado termo de cooperação com o BRDE para compartilhar operações, visando atender com repasse de financiamentos do BNDES Automático e FINAME às micro e pequenas empresas do Paraná. Estão sendo estudadas novas ações para incrementar o uso de recursos no âmbito dos diversos programas do BNDES.

VI) Financiamento à Agricultura Familiar e Pequenos Produtores Rurais

A Fomento Paraná é parceira da Secretaria de Estado da Agricultura - SEAB e da EMATER na implementação de programas de apoio à agricultura familiar e aos pequenos produtores rurais, estruturando mecanismos financeiros que viabilizam a segurança para os tomadores de crédito e reduzem os custos, a exemplo do fundo que realiza os financiamentos que os produtores captam junto às instituições financeiras no mercado. Nos casos em que recursos tradicionais como os do PRONAF não atendam às necessidades dos agricultores, a instituição aloca recursos próprios para financiamento, como é o caso do Programa Trator, Implementos e Equipamentos Solidários.

VII) Programa de Apoio a Cooperativas de Crédito – PROCRED

O PROCRED foi desenvolvido para disponibilizar financiamentos com taxas competitivas aos associados de Cooperativas de Crédito, mediante a modalidade de Segundo Piso – empréstimo às cooperativas para repasse aos tomadores finais com limitação de *spread*.

VIII) Programa de Financiamento à Inovação

Destina-se às empresas participantes do Programa Agentes Locais de Inovação-ALI da Fundação Araucária/Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e do SEBRAE PR, financiando investimentos em inovação mediante oferta de linha de crédito em condições adequadas ao tipo de aplicação.

IX) Outras Operações com Recursos Próprios

Além dos programas de financiamentos citados, a Fomento Paraná deverá alocar recursos em outros programas relacionados à sua missão e sempre de acordo com suas diretrizes estratégicas, respeitando a condição de sustentabilidade financeira exigida de uma instituição participante do sistema financeiro nacional.

Gestão de fundos e cobrança de ativos

Além da atividade de instituição financeira estruturando e operando financiamentos, a Fomento Paraná realiza a gestão operacional e financeira de Fundo de Aval Rural, Fundo de Desenvolvimento Econômico e a atividade de cobrança da carteira de Ativos pertencentes ao Estado do Paraná.

I) Fundo de Aval Garantidor da Agricultura Familiar do Paraná

A Fomento Paraná é gestora do Fundo de Aval Garantidor da Agricultura Familiar do Paraná, criado pelo governo do Paraná para concessão de garantias complementares, necessárias à contratação de financiamentos aos produtores rurais que não dispõem de bens suficientes para assegurar empréstimos junto à rede bancária conveniada. Atualmente, a instituição parceira é o Banco do Brasil.

II) Fundo de Desenvolvimento Econômico – FDE

O fundo destinado a apoiar o desenvolvimento socioeconômico do estado do Paraná mediante apoio financeiro às empresas. Na Fomento Paraná, o fundo é utilizado para concessão de subvenção econômica ao Programa Trator, Implementos e Equipamentos Solidários e Programa Bom Emprego Pequena Empresa, nas modalidades de equivalência produtos e equalização de taxas de juros, respectivamente.

Como consequência de chuvas de grande intensidade que ocorreram no litoral do Paraná, em particular nas cidades de Paranaguá, Morretes, Antonina e Guaratuba e com base legal do Decreto de Lei nº 838/11, a Fomento Paraná, operacionalizou em conjunto com a SEAB e EMATER, o programa de crédito Recuperação Econômica do Litoral. O Programa Emergencial do governo do Estado contou com recursos do FDE em financiamentos subsidiados às atividades econômicas locais durante o ano de 2011, financiando a recuperação dos municípios afetados.

III) Cobrança de Ativos e Bens

A Fomento Paraná também é responsável pela cobrança da carteira de contratos e bens pertencentes ao estado do Paraná, denominados “Ativos do Estado”, originários da operação de venda do Banco do Estado do Paraná S.A., desde 28/03/01.

Planejamento estratégico

Com o objetivo de reforçar seu papel de parceiro fundamental para o desenvolvimento do Paraná, a Fomento Paraná priorizou como grandes temas estratégicos para o período de 2011-2014, a modernização e a ampliação da atuação para atendimento, principalmente, focando os micro e pequenos empreendimentos do estado do Paraná. Esta estratégia será executada por meio do aumento de produtos e linhas disponíveis, associadas às diversidades de negócios do campo e da cidade, observada a adequada relação risco e retorno e as diretrizes do Plano de Metas 2011 – 2014.

A atuação da Fomento Paraná, como parceira no desenvolvimento sustentável, dar-se-á com ênfase nas atividades fortalecendo e expandindo a base produtiva paranaense com destaque para as ações de Microcrédito através do Programa Banco Social - crédito e apoio às micro e pequenas empresas através do Programa Banco do Empreendedor e do Programa Bom Emprego e o fortalecimento e expansão dos financiamentos ao setor público em especial as Prefeituras Municipais do Estado.

A missão de “promover o desenvolvimento através do apoio técnico e financeiro voltado às necessidades da sociedade paranaense” foi ajustada para melhor enquadrar e alinhar os negócios da Fomento Paraná com as questões relacionadas à sustentabilidade e ao desenvolvimento.

A visão de futuro da Fomento Paraná “ser o Banco de Fomento do Paraná, buscando a excelência, sendo inovador e atuando no desenvolvimento econômico sustentável do Estado”, foi atualizada para o período 2011-2014, mantendo o compromisso com o resultado, com a responsabilidade socioambiental e a diretriz de se tornar referência como empresa de fomento genuinamente do estado do Paraná.

Para alcançar os objetivos e metas do planejamento estratégico, a Fomento Paraná atuará em várias frentes da gestão corporativa. Boas práticas de governança corporativa de pessoas e logística, estreito relacionamento com o mercado e ampliação de parcerias, revisão e consolidação dos processos e normas internas, modernização da tecnologia da informação, são fundamentais para o sucesso desse planejamento.

O principal instrumento para o alcance dos objetivos da empresa foi à assinatura do Contrato de Gestão, firmado entre o quadro diretivo e todos os funcionários da instituição, com o intuito de atingir os compromissos expressos no Planejamento Estratégico 2011-2014, em aderência ao Plano de Metas para a atual gestão.

A principal finalidade do Contrato de Gestão é pactuar com cada dirigente e todos os colaboradores, os objetivos, metas, indicadores e produtos que foram apresentados em programas e projetos no Planejamento, a serem cumpridos e monitorados de forma eficiente, eficaz e efetiva.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de Reais)

Ativo	2011	2010	Passivo	2011	2010
Circulante	787.354	680.773	Circulante	21.699	29.229
Disponibilidades	17	17	Obrigações por Repasses do País - Instituições		
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 3c e 5)	628.710	528.359	Oficiais (Nota 3j e 9)	772	698
Carteira Própria	627.378	528.359	BNDES	59	13
Vinculados a Prestação de Garantias	1.332	-	CEF	666	-
Operações de Crédito	158.187	152.000	FINAME	47	685
Operações de Crédito (Nota 3d e 6)	159.871	153.419	Outras Obrigações (Nota 10)	20.927	28.531
Setor Público	148.440	144.990	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	4	3
Setor Privado	11.431	8.429	Sociais e Estatutárias	6.037	3.277
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 3e, 6c e 6d)	(1.684)	(1.419)	Fiscais e Previdenciárias	12.379	20.842
Outros Créditos	352	361	Diversas	2.507	4.409
Diversos (Nota 7)	352	361	Exigível a Longo Prazo	28.569	18.524
Outros Valores e Bens	88	36	Obrigações por Repasses do País - Instituições		
Realizável a Longo Prazo	567.557	581.925	Oficiais (Nota 3j e 9)	2.648	489
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 3c e 5)	81.035	123.264	BNDES	210	223
Carteira Própria	76.569	123.264	CEF	2.233	-
Vinculados a Prestação de Garantias	4.466	-	FINAME	205	266
Operações de Crédito	482.552	455.372	Outras Obrigações (Nota 10)	25.921	18.035
Operações de Crédito (Nota 3d e 6)	485.859	458.192	Fiscais e Previdenciárias	19.777	12.734
Setor Público	475.749	449.314	Diversas	6.144	5.301
Setor Privado	10.110	8.878	Patrimônio Líquido (Nota 12)	1.305.134	1.215.536
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 3e, 6c e 6d)	(3.307)	(2.820)	Capital		
Outros Créditos	3.970	3.289	De Domiciliados no País	1.118.105	1.095.551
Diversos (Nota 7)	3.970	3.289	Reservas de Capital	1	6
Permanente	491	591	Reservas de Lucros (Nota 3l)	187.028	119.979
Investimentos	2	2	Total do Passivo	1.355.402	1.263.289
Outros Investimentos	2	2			
Imobilizado de Uso (Nota 3g e 8a)	452	500			
Outras Imobilizações de Uso	1.354	1.310			
(-) Depreciações Acumuladas	(902)	(810)			
Intangível	-	5			
Ativos Intangíveis	-	5			
Diferido (Nota 3g e 8b)	37	84			
Gastos de Organização e Expansão	257	257			
(-) Amortizações Acumuladas	(220)	(173)			
Total do Ativo	1.355.402	1.263.289			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de Reais)

	Capital Social	Aumento de Capital	Reservas de Capital	Reservas de Lucros			Lucros Acumulados	Total
				Legal	Estatutária	Especial de Lucros		
Saldos em 01 de janeiro de 2010	835.551	-	6	26.553	158.371	-	-	1.020.481
Aumento de Capital								
- Com Subscrição em Dinheiro	-	150.000	-	-	-	-	-	150.000
- Com Incorporação de Reservas	-	110.000	-	-	(110.000)	-	-	-
- Incorporação ao Capital Homologado BACEN	260.000	(260.000)	-	-	-	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	67.499	67.499
Destinações								
- Reservas de Lucros	-	-	-	3.375	41.680	-	(45.055)	-
- Juros s/ Capital Próprio - JCP	-	-	-	-	-	-	(22.444)	(22.444)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	1.095.551	-	6	29.928	90.051	-	-	1.215.536
Mutações do Exercício	260.000	-	-	3.375	(68.320)	-	-	195.055
Saldos em 01 de janeiro de 2011	1.095.551	-	6	29.928	90.051	-	-	1.215.536
Aumento de Capital (Nota 12b)								
- Subscrição de Ações no País	-	22.549	-	-	-	-	-	22.549
- Com Incorporação de Reservas	-	6	(6)	-	-	-	-	-
- Incorporação ao Capital Homologado BACEN	22.554	(22.554)	-	-	-	-	-	-
Outros Eventos								
- Ágio na Subscrição de Ações	-	(1)	1	-	-	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	88.093	88.093
Destinações (Nota 12c)								
- Reservas de Lucros	-	-	-	4.405	23.699	-	(28.104)	-
- Juros s/ Capital Próprio Mínimo Obrigatório	-	-	-	-	-	-	(21.044)	(21.044)
- Juros s/ Capital Próprio Adicional Proposto	-	-	-	-	-	38.945	(38.945)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	1.118.105	-	1	34.333	113.750	38.945	-	1.305.134
Mutações do Exercício	22.554	-	(5)	4.405	23.699	38.945	-	89.598
Saldos em 01 de julho de 2011	1.095.551	-	6	31.965	115.210	-	-	1.242.732
Aumento de Capital (Nota 12b)								
- Subscrição de Ações no País	-	22.549	-	-	-	-	-	22.549
- Com Incorporação de Reservas	-	6	(6)	-	-	-	-	-
- Incorporação ao Capital Homologado BACEN	22.554	(22.554)	-	-	-	-	-	-
Outros Eventos								
- Reversão de Reservas	-	-	-	-	(1.460)	-	1.460	-
- Ágio na Subscrição de Ações	-	(1)	1	-	-	-	-	-
Lucro Líquido do Semestre	-	-	-	-	-	-	47.350	47.350
Destinações (Nota 12c)								
- Reservas de Lucros	-	-	-	2.368	-	-	(2.368)	-
- Juros s/ Capital Próprio Mínimo Obrigatório	-	-	-	-	-	-	(7.497)	(7.497)
- Juros s/ Capital Próprio Adicional Proposto	-	-	-	-	-	38.945	(38.945)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	1.118.105	-	1	34.333	113.750	38.945	-	1.305.134
Mutações no Período	22.554	-	(5)	2.368	(1.460)	38.945	-	62.402

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
 (Em milhares de Reais)

	2º Semestre	2011		2010	
		Exercício	Exercício	Exercício	Exercício
Receita da Intermediação Financeira	75.842	146.440	120.363		
Operações de Crédito	37.391	72.479	68.006		
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	38.451	73.961	52.357		
Despesas da Intermediação Financeira	(454)	(1.274)	(448)		
Operações de Empréstimos e Repasses	(200)	(231)	(61)		
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 3e, 6c e 6d)	(254)	(1.043)	(387)		
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	75.388	145.166	119.915		
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(23.894)	(38.442)	(26.510)		
Despesas de Pessoal	(5.001)	(9.489)	(7.865)		
Outras Despesas Administrativas (Nota 13)	(9.303)	(16.241)	(10.249)		
Despesas Tributárias	(3.523)	(6.833)	(5.652)		
Outras Receitas Operacionais (Nota 14)	844	1.713	1.774		
Outras Despesas Operacionais (Nota 15)	(6.911)	(7.592)	(4.518)		
Resultado Operacional	51.494	106.724	93.405		
Resultado não Operacional	-	-	(6)		
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	51.494	106.724	93.399		
Imposto de Renda e Contribuição Social (Nota 3k)	(3.698)	(18.185)	(25.566)		
Provisão para Imposto de Renda	(2.634)	(13.269)	(18.760)		
Provisão para Contribuição Social	(1.064)	(4.916)	(6.806)		
Participação no Lucro	(446)	(446)	(334)		
Lucro Líquido	47.350	88.093	67.499		
Juros sobre o Capital Próprio (Nota 3l e 12c)	(46.442)	(59.989)	(22.444)		
Número de Ações:	1.118.105	1.118.105	1.095.551		
Lucro Líquido por Ação do Capital Social - (Em R\$)	42,35	78,79	61,61		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
 (Em milhares de Reais)

	2º Semestre	2011		2010	
		Exercício	Exercício	Exercício	Exercício
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais					
Lucro Líquido do Exercício	47.350	88.093	67.499		
Ajustes para Conciliar o Resultado às Disponibilidades Geradas pelas Atividades Operacionais					
Depreciações e Amortizações	71	140	144		
Constituição (Reversão) de Provisão para Operações de Crédito	254	1.043	387		
Constituição (Reversão) de Provisão para Contingências	4	60	4.163		
Constituição (Reversão) de Provisão para Riscos Fiscais	6.647	7.043	-		
Baixa de Bens do Imobilizado	-	-	6		
Lucro Líquido Ajustado	54.326	96.379	72.199		
Redução (Aumento) de Ativos Operacionais					
Títulos e Valores Mobiliários	5.677	44.229	80.144		
Operações de Crédito	(24.975)	(34.410)	(15.730)		
Outros Créditos	(420)	(672)	(408)		
Outros Valores e Bens	(39)	(51)	15		
Aumento (Redução) de Passivos Operacionais					
Outras Obrigações	366	57	985		
IR e CSSL a Pagar	(92)	(8.601)	14.967		
Impostos e Contribuições a Recolher	164	137	150		
Obrigações por Repasses do País	2.424	2.233	(98)		
Caixa Líquido (Absorvido) Proveniente das Atividades Operacionais	37.431	99.301	152.224		
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos					
Aplicações em Investimentos	-	-	(1)		
Aplicações no Imobilizado	(17)	(40)	(41)		
Redução no Imobilizado de Uso	-	-	5		
Aplicações no Intangível	-	-	(5)		
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimentos	(17)	(40)	(42)		
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento					
Integralização de Capital	-	-	150.000		
Aumento em Adiantamento para Futuro					
Aumento de Capital	-	3.091	1.063		
Pagamento de Juros sobre o Capital Próprio	-	-	(77.664)		
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamento	-	3.091	73.399		
Aumento no Caixa e Equivalentes de Caixa	37.414	102.352	225.581		
Modificações na Posição Financeira					
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício (Nota 4)	530.730	465.792	240.211		
Caixa e Equivalentes de Caixa ao Final do Exercício (Nota 4)	568.144	568.144	465.792		
Aumento no Caixa e Equivalentes de Caixa	37.414	102.352	225.581		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR I
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
 (Em milhares de Reais)

Apuração do Valor Adicionado	2011	%	2010	%
Receitas	139.211		117.228	
Intermediação Financeira	146.440		120.363	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Reversão (Constituição)	(1.043)		(387)	
Outras	(6.186)		(2.748)	
Despesas da Intermediação Financeira	(231)		(61)	
Insumos Adquiridos de Terceiros	(18.160)		(12.209)	
Materiais, Energia e Outros	(61)		(104)	
Serviços de Terceiros	(13.716)		(8.314)	
Outras	(4.383)		(3.791)	
Comunicação	(119)		(86)	
Publicação	(84)		(79)	
Serviços do Sistema Financeiro	(168)		(161)	
Processamento de Dados	(1.098)		(984)	
Pessoal - Terceirizado	(2.356)		(2.084)	
Outras	(558)		(397)	
Valor Adicionado Bruto	120.820		104.958	
Depreciações e Amortizações	(140)		(144)	
Valor Adicionado a Distribuir	120.680		104.814	
Distribuição do Valor Adicionado	120.680	100%	104.814	100%
Pessoal	7.542	6,24%	6.075	5,80%
Remuneração Direta	5.099		4.094	
Benefícios	1.010		819	
FGTS	328		268	
Outros Encargos Sociais	1.105		894	
Impostos, Taxas e Contribuições	25.023	20,74%	31.218	29,78%
Federais	25.023		31.218	
Remuneração de Capitais de Terceiros	22	0,02%	22	0,02%
Aluguéis	22		22	
Remuneração de Capitais Próprios	88.093	73,00%	67.499	64,40%
Juros sobre o Capital Próprio	59.989		22.444	
Lucros Retidos	28.104		45.055	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
 (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Agência de Fomento do Paraná S.A., Fomento Paraná, é uma Sociedade Anônima de Capital Fechado, constituída sob a forma de sociedade anônima de economia mista, criada pela Lei Estadual nº 11.741 de 19/06/97, alterada pelas Leis Estaduais nº 12.401 de 30/12/98 e nº 12.419 de 13/01/99. É regida pela Resolução do Conselho Monetário Nacional – CMN nº 2.828 de 30/03/2001, alterada pelas Resoluções 3.706/09, 3.757/09 e 3.834/10. O objeto social é apoiar o desenvolvimento econômico e social do estado do Paraná e a concessão de financiamento de capital fixo e de giro, associado a projetos no Estado, podendo praticar operações de repasse de recursos captados no País e no exterior originários de:

- a. fundos constitucionais;
- b. orçamento estadual e municipal;
- c. organismos e instituições nacionais e internacionais de desenvolvimento;
- d. captação de depósitos interfinanceiros vinculados a operações de microfinanças, de acordo com as normas do Conselho Monetário Nacional.

Também faz parte do objeto social à prestação de garantias, prestação de serviços de consultoria, bem como exercer o papel de agente financeiro e administrador de fundos de desenvolvimento.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e apresentadas em conformidade com os dispositivos da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 e suas alterações, associadas às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), através dos critérios estabelecidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e quando aplicável, as normas e instruções do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

As demonstrações financeiras utilizam a nomenclatura e a classificação padronizadas pelo COSIF e determinadas pelo Banco Central do Brasil.

A Fomento Paraná, alterou a forma de apresentação de informações contidas nas Demonstrações Financeiras, efetuando reclassificação no saldo de 31.12.2010 nas contas do Balanço Patrimonial na rubrica “Outras Obrigações”, no longo prazo. A provisão para passivo contingente fiscal, que em 2010 foi considerada juntamente com a rubrica “Prov. p/ Passivos Contingentes”, foi reclassificada para a rubrica “Fiscais e Previdenciárias”. Também, houve reclassificação no fluxo de caixa, em relação ao item “obrigações por repasses país”, que em 2010, foi considerado no fluxo de caixa das atividades de financiamento, e em 2011, está sendo apresentado no item fluxo de caixa das atividades operacionais. Conseqüentemente a apresentação de tais itens, conforme divulgado naquele exercício, está sendo adaptada a fim de manter a comparabilidade das informações publicadas em 2011.

Está sendo divulgada de forma complementar a Demonstração de Valor Adicionado – DVA, instituída pela Lei 11.638/07 e ainda não regulamentada pelo BACEN, a qual visa permitir análises adicionais sobre as demonstrações financeiras apresentadas.

3. Principais práticas contábeis adotadas

As operações foram contabilizadas em observância às práticas consubstanciadas no COSIF, dentre as quais destacam-se:

a. Apuração do resultado

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência,

observando-se o critério “pró-rata” dia para as de natureza financeira.

b. Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessária a utilização de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Eventos como: provisões para riscos fiscais, contingências e créditos de liquidação duvidosa incluem certas estimativas e os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua avaliação. A Fomento Paraná revisa as estimativas e premissas periodicamente.

c. Títulos e valores mobiliários

Em cumprimento ao estabelecido no art. 1º da Resolução CMN nº 3.834, de 28/01/10, a Fomento Paraná passou a aplicar suas disponibilidades de caixa, em cotas de fundos de investimentos, formada exclusivamente por títulos públicos federais, para tanto, constituiu dois Fundos Exclusivos, sob gestão do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, respectivamente, conforme demonstrado na Nota 5.

Os critérios para registro e avaliação contábil dos títulos e valores mobiliários, instituídos pela Lei 11.638/07, não se aplicam às agências de fomento, conforme disposto na Circular CMN nº 3.068/01, que regula a matéria para instituições financeiras.

d. Operações de crédito

As operações de crédito encontram-se atualizadas em conformidade com as correspondentes disposições contratuais, registradas a valor presente, incorporando os rendimentos auferidos até a data do balanço, quando pós-fixadas, e líquido das rendas a apropriar, em razão da fluência dos prazos das operações, quando pré-fixadas.

Todas as operações de crédito estão classificadas observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21/12/99, a qual requer a análise periódica da carteira e de sua classificação em níveis de riscos, variando de “AA” (risco mínimo) a “H” (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas e aquelas que já haviam sido baixadas contra provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível “H”.

e. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos, em montante julgado suficiente à cobertura de eventuais perdas na realização dos mesmos, obedecidas as determinações legais estabelecidas pelas Resoluções CMN nº 2.682/99 e 2.697/00.

Face à característica do crédito concedido e a baixa inadimplência da carteira, a instituição optou por não constituir provisão adicional aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução CMN nº 2.682/99.

f. Despesas antecipadas

Referem-se às aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros, conseqüentemente, é registrado no ativo e reconhecido no resultado observando o regime de competência.

g. Ativo permanente

A contabilização no ativo permanente é feita pelo custo de aquisição líquido das respectivas depreciações e amortizações calculadas pelo método linear.

Os bens do ativo imobilizado foram depreciados baseados nas seguintes taxas anuais:

Equipamentos de Uso	10%
Sistema de Comunicação	10%
Sistema de Processamento de Dados	20%
Sistema de Transporte	20%

Os gastos diferidos são amortizados à taxa de 20% ao ano.

Em observância à Resolução CMN nº 3.617/08 o saldo registrado no diferido será mantido até sua efetiva baixa.

h. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros

É reconhecida uma perda caso existam evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperável. Ao final de cada exercício, a instituição avalia esses ativos para verificar se há alguma indicação de perda no seu valor recuperável e, quando aplicável, um ajuste é reconhecido.

i. Provisões para passivos contingentes e riscos fiscais

Os passivos contingentes são reconhecidos e divulgados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09. A provisão é feita com base na opinião dos assessores jurídicos da Instituição, conforme divulgado na nota 11.

j. Atualização monetária de obrigações

As obrigações estão atualizadas até a data do balanço e seu reflexo reconhecido no resultado do exercício.

k. Provisão para imposto de renda e contribuição social

A Instituição está sujeita ao Regime de Tributação pelo Lucro Real, e reconhece a provisão para imposto de renda, mensalmente pelo regime de competência, à alíquota de 15% mais adicional de 10%. A contribuição social foi calculada sobre o lucro ajustado antes do imposto de renda, na forma da legislação, à alíquota de 9%.

Conforme faculta a legislação tributária, a Fomento Paraná, opta pelo pagamento do Imposto de Renda e da Contribuição Social com base na estimativa da receita, e recolhe mensalmente esses valores a título de antecipação do efetivamente devido no ajuste anual.

l. Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre o capital próprio, pagos ou creditados, são registrados em despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal, no entanto, para fins de divulgação das demonstrações financeiras, adequação aos princípios contábeis e atendimento à Circular CMN nº 2.739/97, os juros constam como destinação de resultado, diretamente na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido,

na rubrica Lucros Acumulados em contrapartida registrada na rubrica “Outras Obrigações – Sociais e Estatutárias”, no passivo circulante.

Em cumprimento ao estabelecido na Carta-Circular CMN nº 3.516/11, a parcela proposta pelos órgãos da administração, que exceder o dividendo mínimo obrigatório é contabilizada em conta específica de reserva de lucro no patrimônio líquido denominada “Reserva Especial de Lucro”, permanecendo assim até a deliberação na Assembleia Geral dos Acionistas.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Dez/2011	Dez/2010
Disponibilidades	17	17
Cotas de Fundos Renda Fixa - Exclusivo ⁽¹⁾	568.127	465.775
Total Caixa e Equivalentes de Caixa	568.144	465.792

⁽¹⁾ Refere-se aos títulos que compõem os fundos exclusivos, cujo vencimento é igual ou inferior a 90 dias.

5. Títulos e valores mobiliários

a. Composição da carteira de títulos e valores mobiliários por tipo

Discriminação	Dez/2011	Dez/2010
Líves		
Títulos Públicos Federais - LFT-A	114.854	136.760
Cotas de Fundos Renda Fixa - Exclusivo	589.093	514.863
Subtotal	703.947	651.623
Vinculados a Prestação de Garantias		
Cotas de Fundos Renda Fixa - Exclusivo	5.798	—
Subtotal	5.798	—
Total	709.745	651.623
Circulante	628.710	528.359
Longo Prazo	81.035	123.264

Os títulos públicos federais se compõem de 99.900 LFT-A emitidas em 02/12/1999 com vencimento em 01/12/2014, são avaliados observando o preço unitário constante na “Tabela de Preços para Lastro de Títulos Federais (Res. BACEN 550)” divulgado pela AMBIMA. Os títulos estão sendo resgatados em 180 parcelas mensais e consecutivas, e no ano de 2011 esses resgates totalizaram R\$ 36.058 mil.

As cotas de fundo de investimento referem-se a aplicações em dois fundos exclusivos, administrados pelo Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, composto integralmente por títulos públicos federais, indexados a taxas pré e pós fixados, não possuem obrigações financeiras significativas, limitando-se às obrigações diárias de ajuste das posições, serviços de auditoria, taxas de serviços relativas à custódia dos ativos e execução de operações financeiras e demais despesas administrativas cobrados pelas Administradoras.

Em 31 de dezembro 2011 o montante de R\$ 5.798 mil refere-se às cotas do fundo exclusivo dadas em garantias na operação de repasse realizada junto à Caixa Econômica Federal - CEF-PNMPPO. O valor vinculado é equivalente a 200% da dívida contratada, conforme demonstrado na nota 9.

b. Composição dos fundos exclusivos

Discriminação	Vencimento	Dez/2011	Dez/2010
Banco do Brasil			
Operações Compromissadas - LFT		—	92.546
Disponível - Caixa	Sem vencimento	11.256	5
LFT	07/03/12 a 01/03/18	240.855	185.189
LTN ⁽¹⁾	01/07/11	—	28.393
NTN-F ⁽¹⁾	01/01/12	20.967	20.695
Subtotal		273.078	326.828
Caixa Econômica Federal			
Operações Compromissadas			
- NTN-B	02/01/12	42.296	104.469
LFT	07/06/13 a 07/03/15	159.174	44.978
LTN	01/07/12 a 01/01/14	65.838	28.317
NTN-F	02/01/12	54.516	10.305
Futuro de DI - Ajuste ⁽²⁾		(11)	(34)
Subtotal		321.813	188.035
Total Carteira - Fundo Exclusivo		594.891	514.863

⁽¹⁾ Para esses títulos a Fomento Paraná formalizou declaração de intenção e capacidade financeira para manutenção até o vencimento.

⁽²⁾ As operações de derivativos, com contrato Futuro de DI, são utilizadas para adequar a carteira do fundo à política de investimento do mesmo até o limite das posições detidas à vista, ou seja, não podem ser utilizadas para alavancar o patrimônio líquido (PL) do fundo. Essas operações são realizadas pelo gestor do Fundo, objetivando uma melhor rentabilidade e agilidade nas operações, utilizando os recursos dos contratos de DI para montar e desmontar posições pré-fixadas quando projetada queda na curva de juros.

6. Operações de crédito

a. Composição por setor de atividade econômica

	Dez/2011	Dez/2010
Sector Privado	21.541	17.307
Rural	109	560
Indústria	1.487	1.235
Comércio	9.347	2.485
Intermediação Financeira	233	634
Outros Serviços	1.076	3.581
Pessoas Físicas	9.289	8.812
Sector Público	624.189	594.304
Administração Direta Municipal	624.189	594.304
Total da Carteira	645.730	611.611

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de Reais)

b. Composição da carteira por níveis de risco e faixas de vencimento

Níveis de Risco	Operações em Curso Normal									Total da Carteira
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	
Parcelas Vincendas	23.668	450.251	167.883	948	192	113	11	5	68	643.139
1 a 30 dias	780	13.501	3.645	20	3	2	1	-	6	17.958
31 a 60 dias	601	10.259	2.774	25	2	2	1	-	6	13.670
61 a 90 dias	594	10.324	2.809	30	2	2	-	-	6	13.767
91 a 180 dias	1.809	30.827	9.364	73	16	4	1	1	15	42.110
181 a 360 dias	3.207	50.704	16.160	145	40	20	3	2	20	70.301
Acima de 360 dias	16.677	334.636	133.131	655	129	83	5	2	15	485.333
Parcelas Vencidas até 14 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	23.668	450.251	167.883	948	192	113	11	5	68	643.139
Parcelas Vincendas	Operações em Curso Anormal									Total
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	
1 a 30 dias	-	-	760	333	110	285	79	51	321	1.939
31 a 60 dias	-	-	71	39	13	12	8	7	21	171
61 a 90 dias	-	-	65	34	12	12	8	6	20	157
91 a 180 dias	-	-	64	33	11	11	7	6	18	150
181 a 360 dias	-	-	175	87	29	33	19	14	44	401
Acima de 360 dias	-	-	246	102	37	54	30	15	48	532
Parcelas Vencidas	-	-	78	66	35	76	44	36	317	652
15 a 30 dias	-	-	78	43	13	13	8	7	112	274
31 a 60 dias	-	-	-	23	12	13	9	6	23	86
61 a 90 dias	-	-	-	-	10	14	9	6	23	62
91 a 180 dias	-	-	-	-	-	29	18	17	72	136
181 a 360 dias	-	-	-	-	-	7	-	-	87	94
Subtotal	-	-	838	399	145	361	123	87	638	2.591
Total Geral em 31/12/2011	23.668	450.251	168.721	1.347	337	474	134	92	706	645.730
Total Geral em 31/12/2010	19.557	453.221	136.654	1.272	291	62	58	12	484	611.611

c. Composição por nível de risco e provisão constituída

Classificação de Risco	Total das Operações	%	Provisão	Dez/2011	Dez/2010
				Valor da Provisão	Valor da Provisão
AA	23.668	3,67	-	-	-
A	450.251	69,73	0,5	2.251	2.266
B	168.721	26,13	1,0	1.687	1.366
C	1.347	0,21	3,0	40	38
D	337	0,05	10,0	34	29
E	474	0,07	30,0	142	19
F	134	0,02	50,0	67	29
G	92	0,01	70,0	64	8
H	706	0,11	100,00	706	484
Total	645.730	100,00		4.991	4.239

d. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Dez/2011	Dez/2010
Saldo no Início do Exercício	4.239	3.946
Provisão Constituída	3.480	1.955
Reversão de Provisão	(2.437)	(1.568)
Efeito no Resultado	1.043	387
Créditos Baixados para Prejuízo	(291)	(94)
Saldo no Fim do Exercício	4.991	4.239

e. Créditos renegociados e recuperados

Discriminação	Dez/2011	Dez/2010
Renegociação	75	21
Recuperação de Créditos Baixados Prejuízo	646	336

O saldo acumulado das operações de crédito baixadas para prejuízo e controladas em contas de compensação é de R\$ 4.505 mil em dezembro de 2011 (R\$ 4.860 mil em dezembro de 2010).

7. Outros créditos – Diversos

Discriminação	Dez/2011	Dez/2010
Adiantamentos Diversos e Antecipação Salarial	182	231
Devedores por Depósitos em Garantia	4.045	3.419
Devedores Diversos País	95	-
Total	4.322	3.650
Circulante	352	361
Longo Prazo	3.970	3.289

8. Ativo permanente

a. Imobilizado de uso

	(*)	Custo	Dez/2011		Dez/2010	
			Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Móveis e Equipamentos de Uso	10%	729	(350)	379	433	
Sistema de Comunicação	10%	28	(13)	15	4	
Processamento de Dados	20%	540	(511)	29	22	
Sistema de Transporte	20%	57	(28)	29	41	
Total		1.354	(902)	452	500	

b. Diferido

	(*)	Custo	Dez/2011		Dez/2010	
			Amortização Acumulada	Valor Líquido	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Gastos em Imóveis de Terceiros	20%	36	(25)	11	18	
Gastos c/ Aquisição e Manutenção de Logiciários	20%	221	(195)	26	66	
Total		257	(220)	37	84	

(*) - Taxa anual de depreciação e amortização

9. Obrigações por repasses do País

Correspondem a recursos originários de Instituições Oficiais de Repasse no País, os quais são repassados a mutuários finais. Essas obrigações estão atualizadas até a data do balanço pelas disposições contratuais de cada modalidade conforme segue:

Instituições Oficiais	Tx de Vencimento	Dez/2011	Dez/2010
		Atualização	Final
BNDES Automático	2,5% a.a.	15/01/16	45
BNDES Automático			
Consórcio BRDE (1)	TJLP + 0,9% a.a.	15/09/16	224
Caixa Econômica Federal (2)	9,38% a.a.	25/10/15	2.899
Finame - Programa PSI Automático	1,5% a 2,5% a.a.	15/12/17	252
Finame - Moder Frota		15/01/12	-
Total			3.420
Circulante			772
Longo Prazo			2.648

(1) Programa de Financiamento Operado em Parceria com o BRDE - Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul.

(2) Em 2011 a Fomento Paraná obteve junto a Caixa Econômica Federal um repasse de recursos para operar Microcrédito, no âmbito do Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO, conforme previsto na Resolução CMN nº 4.000 de 08/11.

10. Outras obrigações

Descrição	Dez/2011	Dez/2010
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemealhados	4	3
IOF a Recolher	4	3
Sociais e Estatutárias	6.037	3.277
Juros Sobre o Capital Próprio (Nota 31)	5.591	2.943
Provisão para Participações no Lucro	446	334
Fiscais e Previdenciárias	32.156	33.576
Impostos e Contribuições Sobre o Lucro a Pagar (Nota 3k)	11.416	20.018
Impostos e Contribuições a Recolher	963	824
Provisão para Risco Fiscal (Notas 3i e 11)	19.777	12.734
Diversas	8.651	9.710
Dotação para Aumento de Capital (1)	-	1.063
Despesas de Pessoal	588	493
Provisão para Passivos Contingentes (Notas 3i e 11)	2.821	2.824
Credores Diversos no País (2)	5.242	5.330
Total	46.848	46.566
Circulante	20.927	28.531
Longo Prazo	25.921	18.035

(1) Refere-se ao valor recebido do acionista estado do Paraná, em virtude da gestão da carteira de crédito dos Ativos do Estado do Paraná e Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE.

(2) Conforme mencionado na nota 11, item d, a Fomento Paraná, vem depositando judicialmente na ação Declaratória de Imunidade Tributária, o ISS retido sobre as faturas de prestação de serviço emitidas pelo Serviço Social Autônomo PARANACIDADE. Esse valor é retido mensalmente do prestador de serviço e registrado contabilmente na rubrica "Credores Diversos no País" e soma R\$ 4.205 mil até 31 de dezembro de 2011.

11. Provisões para passivos contingentes e riscos fiscais
 A Fomento Paraná é parte em ações judiciais e processos administrativos envolvendo questões trabalhistas, cíveis e tributárias.
 A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos,

através da análise das demandas judiciais em andamento, constituiu provisão em montante julgado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

a. Ações trabalhistas

A instituição é parte em ações trabalhistas, movidas principalmente por terceirizados bolsistas do CITPAR, que, em sua maioria, correspondem ao pedido de FGTS, horas extras, INSS, equiparação salarial, intervalos e juros de mora do período "laborado", verbas, as quais, excluindo-se o primeiro e as horas extras a serem pagas sem o adicional, existem possibilidades de êxito nas demandas aforadas. A empresa é demandada, ainda, por ex-funcionários concursados, cujo pedido principal refere-se ao não pagamento da Participação nos Lucros e Resultados - PLR nos exercícios de 2005, 2006 e 2007.

A composição do saldo das provisões atualizadas é conforme a seguir:

Ações	Dez/2011	Dez/2010
Ministério Público Federal - Plano de Saúde (1)	-	111
Pessoal Terceirizado - CITPAR	321	433
Participação nos Resultados - Funcionários	94	133
Total	415	677

(1) Em 2011, houve reversão da provisão referente à Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público do Trabalho contra a Fomento Paraná, a qual tinha como objeto a alteração do prestador de serviço, relativo ao plano de saúde oferecido aos funcionários, sendo que o Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região condenou a empresa ao pagamento de R\$ 100 mil a título de danos morais coletivos. Entretanto, em sede de Recurso de Revista interposto perante o Superior Tribunal do Trabalho - TST, a penalidade de pagamento de indenização foi afastada, tendo sido revertido o valor em favor da Fomento Paraná. O valor da reversão foi de R\$ 151 mil, registrada na rubrica "outras receitas operacionais", conforme demonstrado na nota 14.

b. Ações cíveis

A instituição é parte em uma Ação de Cobrança movida pela Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento - ABDE que versa sobre notas fiscais pendentes de pagamento referentes aos exercícios de 2002 a 2003, a qual foi devidamente contestada pela Fomento Paraná contendo alegação que o serviço não foi prestado em sua integralidade, bem como ocorreu um desvirtuamento do convênio nº 01/2000, firmado entre as partes. Houve prolação de sentença em 16/11/2009, cuja publicação ocorreu no Diário de Justiça do dia 19/01/2010. A Fomento Paraná interpôs o pertinente Recurso de Apelação contra a decisão aduzindo, além da matéria de mérito, nulidade da sentença em razão do cerceamento de defesa, em razão de ter sido realizado julgamento antecipado da lide sem a produção de prova pericial, expressamente requerida, não tendo sido proferido despacho saneador nos autos deferindo ou não tal requerimento.

A instituição é parte também em ações aforadas, por mutuários, visando à reparação de supostos danos morais e materiais, por alegado registro indevido em órgãos de serviço de informações ao crédito e por alegações de descumprimento contratual.

A instituição é parte também em ação de cobrança de honorários advocatícios, aforada por Cavalcanti de Albuquerque Advogados Associados S/C, autos nº 1897/2009, em trâmite perante a 14ª Vara Cível desta Capital.

A composição do saldo das provisões atualizadas é conforme a seguir:

Ações	Dez/2011	Dez/2010
Ação de Cobrança - ABDE	1.300	1.152
Danos Morais e Materiais - Mutuários	579	545
Cobrança de Honorários Advocatícios	527	450
Total	2.406	2.147

c. Movimentação das provisões para passivos contingentes

	2011		2010	
	Trabalhistas	Cíveis	Total	Total
No Início do Exercício	677	2.147	2.824	2.202
Movimentação com Efeito no Resultado	(223)	283	60	720
Atualização/Encargos	60	319	379	408
Constituição	25	18	43	537
Baixa por Reversão	(308)	(54)	(362)	(225)
Baixas por Pagamento	(39)	(24)	(63)	(98)
Saldo no Final do Exercício	415	2.406	2.821	2.824

d. Autuações referentes ao ISS

Em dezembro de 2006 a instituição sofreu autuação da Secretaria Municipal de Finanças da Prefeitura de Curitiba, referente aos exercícios de 2001 a 2004. Os referidos autos visam à cobrança de ISS sobre a receita de prestação de serviços decorrentes da cobrança da Carteira de Créditos dos Ativos de titularidade do estado do Paraná sob a gestão Fomento Paraná, bem como, cobrança pela não retenção na fonte do ISS incidente sobre recibos de prestação de serviço, principalmente aqueles decorrentes do Ato Conjunto firmado entre a Fomento Paraná/SEFA e PARANACIDADE/SEDU para operacionalização dos financiamentos concedidos ao Setor Público Municipal. A empresa apresentou impugnação dos referidos autos, tendo sido julgado em sua grande maioria improcedente, permanecendo ainda pendente o julgamento de Recursos Administrativos Tributários interposto contra a decisão. No início de 2007 o município de Curitiba ajuizou execução fiscal da dívida ativa, autos 72059/2007 em trâmite na 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial de Curitiba, sendo que esta Fomento Paraná apresentou exceção de pré-executividade a qual foi julgada procedente, impedindo o prosseguimento desta ação, encontrando-se em curso somente discussão acerca de honorários advocatícios sucumbenciais. Em dezembro de 2010, a instituição sofreu nova autuação por parte da Secretaria Municipal de Finanças da Prefeitura de Curitiba, referente aos exercícios de 2005 a 2008, tais autos versam sobre o mesmo objeto de autuação dos anos anteriores, sendo que a Instituição interpôs recurso impugnando administrativamente os autos de infração.

Relativamente aos autos que versam sobre a não retenção na fonte do ISS incidente sobre recibos de prestação de serviço do PARANACIDADE referentes aos exercícios de 2001 a 2008, a Fomento Paraná mantém depositado em Juízo na

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de Reais)

Ação Declaratória de Imunidade Tributária, aforada pela Procuradoria Geral do Estado em favor do Serviço Social Autônomo Paranaense, autos nº 321/2007 2ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba, e o valor encontra-se registrado na rubrica "Devedores por Depósitos em Garantia" conforme demonstrado na nota 7. Para os autos de infração referentes aos exercícios de 2005 e 2006, a instituição não efetuou depósito judicial, sendo constituída provisória para cobertura de possíveis perdas na ação.

e. Provisão tributária

A provisão tributária corresponde aos impostos federais e municipais: PIS, COFINS, IRPJ, CSLL e ISS, no montante de R\$ 6.289 mil, constituída sobre os valores repassados a Fomento Paraná pelo acionista majoritário "Estado do Paraná" nos exercícios de 2007 a 2011, a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC, decorrentes da gestão do Fundo de Desenvolvimento Econômico – FDE e da gestão da carteira de crédito "Ativos do Estado do Paraná" oriundos do processo de privatização do Banco do Estado do Paraná – BANESTADO. Esses repasses foram registrados no passivo da Fomento Paraná como AFAC conforme requerido no Decreto Estadual 692/2007, não constituindo desta forma base de cálculo dos referidos impostos, no entanto, considerando que a natureza jurídica da operação, em sua essência é passível de classificação adversa da adotada, a Administração por meio de sua assessoria jurídica, optou por constituir a provisão. O registro da forma adotada pela Instituição, tem fundamento nos seguintes instrumentos jurídicos: Contrato de gestão de bens, direitos e obrigações dos Ativos do Estado, celebrado entre o acionista estado do Paraná e a Fomento Paraná e o Decreto Estadual 692/2007, que regulamenta o repasse de recursos pela gestão do FDE.

f. Movimentação das provisões para riscos fiscais

	Saldo em		Saldo em	
	31/12/2010	Adições	Atualizações	31/12/2011
Autuação Fisco Municipal	12.734	-	754	13.488
Provisão Tributária	-	6.289	-	6.289
Total	12.734	6.289	754	19.777

g. Outros assuntos tributários

i. Regime tributário de contribuição para o PIS e a COFINS

Conforme estabelecido pela Instrução Normativa SRF nº 247, de 21 de novembro de 2002 às Agências de Fomento, adotam o regime cumulativo para apuração do PIS e COFINS, a alíquota de 0,65% e 4,00%, respectivamente. Durante o exercício de 2010, surgiu no mercado o possível enquadramento, por parte das autoridades fiscais, das agências de fomento no regime de apuração não-cumulativa de cálculo das referidas contribuições (Lei 10.637/02 e Lei 10.833/03), pelo qual tais contribuições deveriam ser calculadas sobre a totalidade das receitas auferidas pelas referidas Instituições, descontados os créditos legalmente admitidos, aplicando-se as alíquotas de 1,65% (PIS) e 7,6% (COFINS).

Em face dessa interpretação, a Fomento Paraná, por meio de sua assessoria jurídica estuda a interposição de recurso em caráter preventivo de forma a ter reconhecido o regime de apuração cumulativo das referidas contribuições, no entanto, caso o regime de apuração seja alterado, poderá representar uma futura contingência tributária para a Instituição, no montante estimado de R\$ 3.499 mil, a qual na opinião dos assessores jurídicos é considerada possível.

ii. Apuração da contribuição social sobre o lucro líquido

Durante o exercício de 2008, a Lei 11.727/08 em seu art. 17º alterou a redação do art. 3º da Lei 7.689/88, estabelecendo alíquota de 15% para a apuração da CSLL pelas Instituições Financeiras elencadas nos incisos I a VII, IX e X do § 1º art. 1º da Lei Complementar 105/01. Considerando que as Agências de Fomento, se enquadram no inciso XIII da referida Lei Complementar, e portanto, não contemplada no rol de instituições obrigadas à nova alíquota, e fundamentado nas soluções de consultas da Secretaria da Receita Federal, por meio de suas Delegacias Regionais, adotando a interpretação segundo a qual as Agências de Fomento, permanecem sujeitas à alíquota da CSLL de 9% (nove por cento), a Fomento Paraná, adota a alíquota de 9% no pagamento da CSLL.

O enquadramento da Fomento Paraná na alíquota de 15%, poderá gerar uma futura contingência tributária, que calculada pela diferença de alíquota nos anos de 2008 a 2011, resultaria num montante previsto de R\$ 11.729 mil, sendo que a Administração por meio dos seus assessores jurídicos, entende como uma perda possível.

12. Patrimônio líquido

a. Capital social

O Capital Social subscrito e integralizado até dezembro de 2011 é de R\$ 1.118.105 mil, representado por 1.118.105 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Por deliberação da Assembleia Geral, independentemente de reforma estatutária, o Capital Social poderá ser aumentado até o valor de R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), dividido e limitado a 2.000.000 (dois milhões) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

b. Aumento de capital

Conforme Ata da 51ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 19/10/11, deliberou-se aumentar o Capital Social da Fomento Paraná no montante de R\$ 22.554 mil, o aumento de capital foi realizado pelos Acionistas Estado do Paraná e Companhia de Informática do Paraná – CELEPAR, conforme demonstrado a seguir:

	Estado do Paraná	Celepar	Total
Juros sobre o Capital Próprio - 2011	18.392	3	18.395
Dotação para Futuro Aumento de Capital	4.154	-	4.154
Reserva de Capital	3	2	5
Valor Total	22.549	5	22.554
Nº Ações	22.549	5	22.554

O processo de aumento de capital foi homologado pelo BACEN em 01 de dezembro de 2011, através do ofício DEORF/GTCUR-2011/10223.

c. Remuneração ao acionista e destinação do lucro líquido

Nos termos do Estatuto Social da Fomento Paraná, aos acionistas será atribuído,

em cada exercício, um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos da legislação societária.

Em 14 de dezembro de 2011, o Conselho de Administração, aprovou nos termos do artigo 47, incisos I e II e do artigo 14, incisos IV e VIII, do Estatuto Social da Instituição o crédito dos Juros sobre o Capital Próprio relativos aos resultados obtidos pela Instituição em 2011, no montante bruto de R\$ 59.989 mil, os quais estão de acordo com a limitação da variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP no exercício de 2011 e de acordo com os limites de dedutibilidade da despesa para fins de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido nos termos da Lei nº 9.249/95. Deste total R\$ 13.547 mil refere-se ao 1º semestre de 2011 e R\$ 46.442 mil, refere-se ao 2º semestre de 2011. Os Juros sobre o Capital Próprio, serão imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios a serem distribuídos pela Instituição no exercício de 2011, sendo considerados complementares o que exceder ao valor do mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social que representa, 35% e 25% do lucro líquido realizado no 1º e 2º semestre de 2011, respectivamente.

	Dez/2011	Dez/2010
Lucro Líquido do Exercício	88.093	67.499
Reserva Legal (5% do LL)	4.405	3.375
Lucro Líquido Ajustado	83.688	64.124
Juros sobre o Capital Próprio - Mínimo Obrigatório	21.044	22.444
Juros sobre o Capital Próprio - Adicional ao Mínimo Obrigatório	38.945	-
Constituição Reserva Estatutária - Aumento de Capital	23.699	41.680

13. Outras despesas administrativas

	Dez/2011	Dez/2010
Serviços de Terceiros	13.516	8.180
Processamento de Dados	1.098	984
Contribuições Filantrópicas	433	128
Serviços do Sistema Financeiro	168	161
Serviços Técnicos Especializados	155	66
Depreciações e Amortizações	140	144
Viagens	120	96
Despesas de Comunicação	119	86
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	105	45
Publicações	84	79
Judiciais e Cartorárias	83	62
Transportes	45	35
Outras Despesas Administrativas	175	183
Total	16.241	10.249

14. Outras receitas operacionais

	Dez/2011	Dez/2010
Recuperação de Encargos e Despesas	1.302	1.472
Reversão de Provisões para Passivos Contingentes	362	225
Outras	49	77
Total	1.713	1.774

15. Outras despesas operacionais

	Dez/2011	Dez/2010
Provisões para Contingências - Trabalhistas	85	194
Provisões para Contingências - Cíveis	337	751
Provisões para Contingências - Fiscais	7.043	3.443
Outras	127	130
Total	7.592	4.518

16. Instrumentos financeiros e derivativos

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros referentes aos ativos (operações de créditos e títulos de valores mobiliários) e passivos (operações de repasses no País) se aproximam de seus correspondentes valores de realização. Não é prática da Fomento Paraná operar com derivativos financeiros, porém o fundo exclusivo de titularidade da Instituição, administrado pela Caixa Econômica Federal - CEF e Banco do Brasil, pode, estrategicamente, efetuar operações com derivativos para fins de proteção quanto ao risco de variação das taxas de juros praticadas e para adequação da carteira à política de investimento do Fundo. Neste trimestre apenas o fundo administrado pela CEF realizou operações de "Mercado Futuro" as quais estão registradas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa), conforme demonstrado na nota 5.

17. Partes relacionadas

Na divulgação sobre partes relacionadas, é observada a Resolução CMN nº 3.750/09, que determinou a adoção, do Pronunciamento Técnico CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas pelas instituições financeiras.

De acordo com o Pronunciamento são partes relacionadas da Fomento Paraná:

(1) Estado do Paraná

- 1.1. Acionista majoritário detentor de 99,99% das ações da Fomento Paraná;
- 1.2. Atividades de gestão mediante cobrança da carteira de crédito do Fundo de Desenvolvimento Econômico – FDE, sendo remunerada por um percentual fixado na Lei Estadual nº 5.515/67, o qual incide sobre o total de recebimentos do período, e conforme determinado no Decreto Estadual 692/2007 o valor repassado a Fomento Paraná é reconhecido como "adiantamento para futuro aumento de capital da empresa", sendo registrado na rubrica "Dotação para Futuro Aumento de Capital";
- 1.3. Atividades de gestão de bens, direitos e obrigações dos Ativos do Estado do Paraná oriundos do processo de privatização do Banco do Estado do Paraná – BANESTADO, sendo remunerada por um percentual fixado em contrato com o Estado do Paraná, o qual incide sobre o total de recebimentos da carteira de crédito dos Ativos do período, e o valor é repassado a Fomento Paraná como "adiantamento para futuro aumento de capital da empresa", sendo registrado na rubrica "Dotação para Futuro Aumento de Capital".

(2) Transações com partes relacionadas

As transações com essas partes relacionadas registradas em Passivos, Patrimônio

Líquido e Resultados, são demonstradas a seguir:

Descrição	Passivos e PL		Despesas	
	2011	2010	2011	2010
Juros s/ Capital Próprio Mínimo Obrigatório - Estado do Paraná	5.587	2.939	-	-
Juros s/ Capital Próprio Adicional Proposto - Estado do Paraná	38.940	-	-	-
Juros s/ Capital Próprio Mínimo Obrigatório e Adicional Proposto - Celepar	9	4	-	-
Remuneração Diretoria (inclusive encargos sociais e benefícios)	-	-	1.609	1.388
Remuneração Conselho de Adm. (inclusive encargos sociais)	-	-	361	239
Remuneração Gestão FDE	-	933	-	-
Remuneração Gestão "Ativos Estado do Paraná"	-	130	-	-
Despesas com Tecnologia da Informação - Celepar	83	85	1.068	906
Total	44.619	4.091	3.038	2.533

18. Acordo de Basiléia

Os limites operacionais da Fomento Paraná foram apurados segundo os critérios estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional - CMN e Banco Central do Brasil - BACEN, através das Resoluções 3.444/07 e 3.490/07 que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Exigido (PRE), respectivamente.

Abaixo segue quadro demonstrativo dos limites, conforme regulamentação em vigor:

	Dez/2011	Dez/2010
PR – Patrimônio de Referência	173.072	209.427
Nível I	1.305.097	1.215.452
Patrimônio Líquido	1.305.134	1.215.536
Ativo Permanente Diferido	(37)	(84)
Nível II	-	-
Deduções do Patrimônio de Referência	1.132.025	1.006.025
Destaque para Operações com o Setor Público ⁽¹⁾	1.132.025	1.006.025
PRE – Patrimônio de Referência Exigido	21.816	15.949
Parcela de Risco de Crédito (Pepr)	3.447	2.263
Parcela de Risco Operacional (Popr)	18.369	13.686
Parcela de Risco de Mercado ⁽²⁾ (Pjur, Pcom, Pcam, Pacs)	-	-
Rban⁽³⁾ – Risco da Carteira Banking	32	36
Margem = PR – (PRE + Rban)	151.224	193.442
Índice de Basiléia (PR X 100) / (PRE / 0,11)	87,26	144,44

⁽¹⁾ Conforme art. 3º. da Resolução CMN nº 2.827/01, o destaque de PR não integra o PR para cálculo dos limites operacionais.

⁽²⁾ As operações da Fomento Paraná não estão classificadas na carteira de negociação e portanto não se sujeitam ao cálculo das parcelas PJUR, PCOM, PCAM e PACS.

⁽³⁾ Exigência de capital para exposições sujeitas ao risco de taxa de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (Carteira Banking).

19. Cobertura de seguros

A Fomento Paraná mantém seguro para cobertura do seu imobilizado de uso no montante de R\$ 1.000 mil, com apólice vigente até 20/10/2012, para os veículos de uso pertencentes à Fomento Paraná o valor da cobertura é de 100% sobre a Tabela de Preços Médios de carros da FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, com apólices vigentes até 28/08/2012.

20. Gerenciamento de riscos

A Fomento Paraná adota modelo de gestão integrada de todos os riscos a que está exposta, sendo os mais relevantes os riscos de crédito, operacionais e de mercado.

a. Risco de crédito

Decorre da possibilidade de ocorrência de perdas em função de um tomador de recursos deixar de cumprir suas obrigações financeiras nos termos pactuados. A Fomento Paraná avalia e monitora mensalmente o risco global e a classificação de risco da carteira de operações de crédito através de avaliação da perda (esperada e efetiva), simulação de condições extremas, índices de inadimplência por exposição e concentração de carteira. As parcelas referentes às exposições a risco de crédito ponderadas pelos fatores de risco, estão refletidas no valor do PEPR.

b. Risco operacional

Decorre da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades da instituição também fazem parte da definição de risco operacional. Os processos de identificação, avaliação, monitoramento e mitigação dos riscos operacionais são contínuos e estão de acordo com os dispositivos legais. Considerando as características da instituição, a Fomento Paraná utiliza a abordagem do indicador básico para o cálculo da parcela de risco operacional (POPR).

c. Risco de mercado

Decorre da possibilidade da ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercados das posições detidas pela instituição financeira. De acordo com as especificidades da Fomento Paraná, utilizamos o modelo paramétrico para o cálculo do valor em risco com horizonte de 10 dias e nível de confiança de 99 % em todas as operações sensíveis às variações nas taxas de juros. São feitas simulações de cenários extremos e ocorrências de oscilações adversas para verificar o grau de impacto na instituição em situações de crise. Maiores informações sobre a estrutura e gerenciamento de riscos encontram-se disponíveis em nosso endereço eletrônico www.fomento.pr.gov.br.

DIRETORIA EXECUTIVA
Juraci Barbosa Sobrinho - Diretor Presidente

DIRETORES

Cristina Angélica Batistuti Stephanes | **Heraldo Alves das Neves**
Jurandir Rodrigues de Oliveira | **Samuel Ieger Suss**
Luciane Tessaro Perissatto – Contadora - CRC PR-044315/O-8
PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas:

Os membros do Conselho Fiscal da **Agência de Fomento do Paraná S/A - Fomento Paraná**, tendo examinado Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, baseando-se nos documentos examinados e no Parecer do Auditor Externo, emitido sem ressalva, expressando a opinião de que as referidas Demonstrações Financeiras representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Fomento Paraná** são de opinião de que as referidas Demonstrações Financeiras encontram-se em plenas condições de serem submetidas, apreciadas e aprovadas pela Assembleia Geral Ordinária.

Curitiba, 14 de março de 2012.

Jefferson Renato Rosolem Zaneti
 Conselheiro

Jorge Sebastião de Bem
 Conselheiro

Nilson Monteiro Menezes
 Conselheiro
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Luiz Carlos Jorge Haully – Presidente

Paulo Henrique Carrano Santos – Vice-Presidente

Ardisson Naim Akel | **Cezar Augusto Carollo Silvestri** | **Carlos Augusto Cavalcanti Albuquerque** | **Hélio Bampi** | **Iram de Rezende** | **Juraci Barbosa**
Sobrinho | **Norberto Anacleto Ortigara** | **Ruy Fonsatti Junior**
RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - 2º SEMESTRE DE 2011**Atividades Desenvolvidas**
 Conforme disposto na Resolução nº 3.198/2004 do CMN, o **Comitê de Auditoria da Agência de Fomento do Paraná S/A** desenvolveu as seguintes atividades:

I - revisou as Demonstrações Financeiras Trimestral e Semestral da Agência de Fomento do Paraná S/A;

II - analisou, em conjunto com a empresa de Auditoria Independente, as principais políticas, práticas e princípios de contabilidade utilizados na elaboração das Demonstrações Financeiras;

III - avaliou o Sistema de Controles Internos e de Gerenciamento de Riscos;

IV - avaliou a efetividade das Auditorias Independente e Interna;

V - identificou a existência de questionamentos e fiscalizações por parte dos Órgãos Reguladores e de Supervisão;

VI - analisou o Relatório da Ouvidoria da Instituição;

VII - cumpriu as atribuições determinadas pelo CAD e Bacen.

Conclusões

As informações e observações obtidas no 2º Semestre de 2011 permitiram ratificar a avaliação deste Comitê de Auditoria de que o Sistema de Controles Internos e de Gerenciamento de Riscos, implantado na Instituição, mostra-se, em seus aspectos nucleares, efetivo e consistente com a natureza e complexidade das atividades desenvolvidas, o que, de nenhum modo, afasta a necessidade de contínuas revisões e implementações de melhorias.

Constatou-se que a Auditoria Independente, de uma forma geral, desenvolveu suas atividades em padrão compatível com o porte e características da Instituição, não sendo identificados aspectos relevantes que pudessem comprometer sua atuação.

Em relação à Auditoria Interna, constatamos sua progressiva efetividade, com demonstrações de evoluções, quer na metodologia adotada, quer na estruturação e na qualidade de seus relatórios.

Considerando o Sistema de Controles Internos e de Gerenciamento de Risco implantado, a efetividade da Auditoria Interna e a abrangência e a eficácia dos trabalhos realizados pela Auditoria Independente, assim como seu respectivo Relatório sobre as Demonstrações Financeiras, este Comitê de Auditoria entende que as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2011 apresentam adequadamente a posição Financeira e Patrimonial da Agência de Fomento do Paraná S/A em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil, à legislação societária brasileira e às normas editadas pelo Bacen.

Curitiba, 14 de março de 2012.

Kedny Siqueira Bostelmann
 Coordenador

Jefferson Rocha

Membro Qualificado

Francisco Xavier de Oliveira

Membro Efetivo

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Aos Administradores e Acionistas da
 Agência de Fomento do Paraná S.A.
 Curitiba – PR

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Instituição Financeira Agência de Fomento do Paraná S.A. (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de Dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre, findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição Financeira Agência de Fomento do Paraná S.A. em 31 de Dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre, findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob

a responsabilidade da administração da Companhia, para o exercício e semestre, findos em 31 de Dezembro de 2011 como informação suplementar pelas IFRSs, que não requer a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Em 4 de abril de 2011 a BDO Auditores Independentes, entidade legal estabelecida no Brasil e que detinha por contrato o uso da marca internacional BDO, passou a integrar a rede KPMG de sociedades profissionais de prestação de serviços com a nova denominação social de KPMG Auditores Associados (incorporada em 2 de dezembro pela KPMG Auditores Independentes). A BDO Auditores Independentes auditou as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, enquanto ainda detinha o direito de uso da marca BDO, tendo emitido relatório datado em 08 de Fevereiro de 2011 que não conteve modificação.

Curitiba, 9 de fevereiro de 2012


KPMG Auditores Independentes
 CRC SP-014428/O-6 F-PR

Marcello Palamartchuk
 Contador CRC PR-049038/O-9